



Comunicado de Imprensa n.º 17/384
PARA COMUNICAÇÃO IMEDIATA
3 de Outubro de 2017

International Monetary Fund
Washington, D.C. 20431 USA

Corpo Técnico do FMI conclui missão de 2017, de consulta Artigo IV e de avaliação da FAC, à Guiné-Bissau

Os comunicados de imprensa de fim de missão incluem declarações das equipas do FMI, que transmitem as conclusões preliminares na sequência da visita a um país. Os pontos de vista expressos nesta declaração são os da equipa do FMI e não representam necessariamente os do Conselho de Administração do FMI. Baseados nas conclusões preliminares desta missão, a equipa preparará um relatório que, com a aprovação da Direcção, será apresentado ao Conselho de Administração do FMI para debate e decisão.

- O programa económico do Governo, apoiado pelo FMI, está grosso modo em linha e a Missão pode chegar a acordos, ad referendum, sobre as medidas necessárias à conclusão da quarta avaliação da FAC.
- As conversações, no contexto da consulta Artigo IV, centraram-se em prioridades-chave a médio-prazo, incluindo ações de durável reforço das finanças públicas e do sector bancário, assim como para potenciar o clima de negócios.

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), liderada por Tobias Rasmussen, visitou a Guiné-Bissau entre 20 de Setembro e 3 de Outubro de 2017, a fim de realizar conversações no contexto da consulta Artigo IV e da quarta avaliação do programa da Guiné-Bissau, apoiado pelo FMI, ao abrigo da Facilidade Alargada de Crédito (FAC).¹

Na conclusão da visita, Tobias Rasmussen emitiu o seguinte comunicado:

“A equipa do FMI chegou a um acordo com as autoridades, ao nível do corpo técnico, sobre as políticas económicas necessárias para concluir a quarta avaliação ao abrigo da FAC. O acordo ao nível do corpo técnico é submetido à aprovação do Conselho de Administração do FMI, que deverá considerar o relatório técnico relativo à consulta Artigo IV e à quarta avaliação ao abrigo da FAC, no início de Dezembro 2017. Sob reserva de aprovação, serão disponibilizados à Guiné-Bissau DSE cerca de US\$ 4,3 milhões.

“Tem havido uma boa implementação do programa até à quarta avaliação. A Missão congratula-se com o forte empenho das autoridades na consecução das metas e objectivos do

¹ A FAC é um dispositivo de empréstimo que possibilita um compromisso e programa sustentado a médio e a longo prazo, em caso de problemas prolongados com a balança de pagamentos. O dispositivo para a Guiné-Bissau, num montante equivalente a DSE 17,04 milhões (cerca de US\$23,5 milhões, ou 60 % da quota), foi aprovado em 10 de Julho de 2015 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 15/331](#)).

programa, consolidando a estabilidade macroeconómica e promovendo reformas estruturais de apoio a um crescimento económico forte e de base alargada. Foram respeitados todos os critérios de desempenho e metas indicativas para o final de Junho de 2017 e registaram-se progressos consideráveis ao nível das reformas estruturais.

“A actividade económica caracterizou-se por um comportamento dinâmico. Prevê-se que o crescimento real do PIB se situe em 5,5 %, em 2017, com uma inflação de cerca de 2 % e uma conta corrente externa geralmente equilibrada. Os bons resultados foram sustentados pelo preço recorde da castanha de caju, aumentando significativamente o rendimento dos agregados familiares rurais.

“Uma gestão prudente e eficaz melhorou a posição orçamental e reforçou a estabilidade macroeconómica. Esforços contínuos para melhorar a mobilização de receita, com o apoio da assistência técnica do FMI e de outros parceiros, acentuaram a trajectória ascendente na arrecadação de receita. A aplicação mais rigorosa de procedimentos orçamentais permitiu reforçar o controlo da despesa. A gestão da dívida também melhorou, graças a medidas como a consolidação de empréstimos de bancos comerciais e o cancelamento de linhas de crédito.

“A Missão congratula-se com as ações envidadas pelas autoridades para reforçar o sector bancário e assegurar o cumprimento das normas prudenciais, incluindo o requisito de capital recém-aumentado. Incentiva assim o Governo a agir, no sentido de fortalecer os mercados financeiros e elaborar um plano nacional de inclusão financeira.

“Numa óptica prospectiva, será importante dedicar a margem orçamental recém-criada, de forma eficaz, às prioridades sociais e infraestruturais. Os progressos alcançados no âmbito da gestão financeira deverão ser alargados à reforma estrutural do sector público *latu sensu*, o que inclui a restruturação da empresa pública EAGB, para melhorar o abastecimento de água e o fornecimento de electricidade.

“Será igualmente importante alcançar progressos na diversificação da economia e reduzir a sua dependência das exportações de castanha de caju, para o que será necessário promover um clima empresarial atraente com regulamentação transparente e estável, sustentando uma concorrência saudável.

“A missão reuniu com o Presidente José Mário Vaz, o Primeiro Ministro Umaro Sissoco Embaló, o Procurador-Geral António Sedja Mam, o Presidente do Tribunal de Contas Dionísio Cabi, o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Biaguê Na N’Tam, o Ministro das Finanças João Fadia, a Directora Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) Helena Nosolini Embaló e outros altos representantes, assim como com representantes da sociedade civil, do sector privado e da comunidade de doadores.

“A Missão do FMI deseja agradecer às autoridades as conversações construtivas e a sua calorosa hospitalidade.”